



CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DAS FLORES E A JUNTA DE FREGUESIA DO MOSTEIRO

Nota Justificativa

A descentralização administrativa, que visa a aproximação das decisões aos cidadãos, a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade de serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, concretiza-se através da celebração de acordos de delegação de competências entre os municípios e as juntas de freguesia.

Deste modo e considerando que:

- a) A lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro de 2014, estabelece um novo regime jurídico das autarquias locais e da transferência de competências;
- b) Nos termos da alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da mesma Lei, a Câmara Municipal submete à Assembleia Municipal, para efeitos de autorização (conforme o disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º, ainda da citada Lei), a celebração de contratos interadministrativos de delegação de competências nas Juntas de Freguesia, onde figurem expressamente as competências delegadas e os recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e suficientes ao seu exercício;
- c) Os órgãos dos municípios podem delegar competências nos órgãos das freguesias, conforme o disposto no n.º 2 do artigo 117.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e essa delegação depende de aprovação dos órgãos representativos da freguesia, a qual se consubstancia com observância do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 16.º e na alínea g) do n.º 1 do artigo 9.º da referida Lei;
- d) Conforme o determinado no artigo 120.º da supracitada Lei, os municípios concretizam a delegação de competências nas freguesias

1

- É celebrado e aceite sem reservas o presente contrato interadministrativo de delegação de competências entre:

E

É estabelecido o presente contrato que se rege pelas disposições a seguir exaradas:



Cláusula Primeira
(Enquadramento legal)

A celebração e execução do presente contrato, rege-se pelo disposto na Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e, subsidiariamente, pelo Código dos Contratos Públicos e Código do Procedimento Administrativo

Cláusula Segunda
(Objeto)

1. É delegada na Junta de Freguesia a prática de todos os atos necessários ao exercício das competências descritas na cláusula quinta do presente contrato.
2. À Junta de Freguesia passa a caber a responsabilidade e a prossecução das atividades abrangidas nas áreas de atuação delegadas.

Cláusula Terceira
(Poder de Avocação)

O disposto em qualquer das cláusulas do presente contrato, não prejudica o exercício do poder de avocação da competência delegada, nos termos do disposto no número 2, do artigo 39º, do Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro (Código do Procedimento Administrativo).

Cláusula Quarta
(Deveres da Junta de Freguesia)

1. Organizar e manter em pleno funcionamento os serviços e atribuições que lhe são delegadas.
2. Cumprir integralmente as competências objeto de delegação no presente contrato.
3. Respeitar toda a legislação em vigor, bem como os regulamentos municipais quando aplicáveis.
4. O cumprimento integral das disposições previstas nas cláusulas nona e décima do presente contrato.

Cláusula Quinta
(Competências Delegadas)

1. A Câmara Municipal e a Junta de Freguesia concretizam a delegação de competências em todos os domínios dos interesses próprios das populações.
2. A natureza e o tipo de competências delegadas obedecem a princípios de intangibilidade das atribuições municipais, de prossecução do interesse público, de continuidade da prestação do serviço público e de necessidade e suficiência de recursos.
3. São delegadas na Junta de Freguesia as seguintes competências materiais e funcionais:
 - a) Limpeza e manutenção de caminhos vicinais da freguesia.

Cláusula Sexta
(Recursos Financeiros)

1. A Câmara Municipal transfere para a Junta de Freguesia para financiamento das competências delegadas o montante de 3.000,00€ (Três mil euros).
2. As receitas, que eventualmente venham a ser obtidas, relativas às atribuições delegadas, constituem receita da Junta de Freguesia.

Cláusula Sétima
(Forma de Pagamento)

A transferência da verba referida no número 1 da cláusula anterior, será processada por duodécimos até ao final de cada mês, sendo os meses de janeiro, fevereiro e março de 2015 processados em simultâneo.

Cláusula Oitava
(Despesas Elegíveis)

1. Considera-se despesa elegível, a despesa efetivamente paga, perfeitamente identificada e claramente associada à concretização de uma operação, cuja natureza e data de realização respeitem o estipulado no presente contrato.
2. Para efeitos de justificação da aplicação das verbas transferidas, serão consideradas elegíveis as despesas decorrentes da realização das competências delegadas descritas na cláusula quinta.

Cláusula Nona
(Assistência Técnica)

Para cumprimento das competências que são delegadas, a Junta de Freguesia poderá solicitar à Câmara Municipal a prestação de assistência técnica sempre que não disponha para efeito dos recursos necessários.

Cláusula Décima **(Relatórios de Execução)**

1. A Junta de Freguesia compromete-se a enviar quadrimestralmente à Câmara Municipal, relatório completo de execução das correspondentes atividades desenvolvidas.
2. O relatório do 1º quadrimestre deverá ser remetido até 31 de maio, o relatório do 2º quadrimestre até 30 de setembro e o relatório do 3º quadrimestre até 31 janeiro de cada ano.
3. O relatório a apresentar deverá conter as seguintes informações:
 - a) Descrição e identificação das ações desenvolvidas.
 - b) Quantificação dos valores aplicados nas referidas ações.
4. Com a não conformidade dos elementos solicitados no relatório que impeçam uma leitura clara dos objetivos pretendidos com o presente contrato, a Câmara Municipal das Lajes das Flores reserva-se o direito de solicitar informação complementar a fim de colmatar as dúvidas suscitadas.
5. A Câmara Municipal das Lajes das Flores reserva-se o direito de sempre e quando achar conveniente solicitar a apresentação dos documentos comprovativos de despesa das referidas ações.

Cláusula Décima Primeira **(Vigência do Contrato)**

1. O presente contrato vigorará pelo período de duração do mandato do órgão deliberativo do município.
2. A mudança dos titulares dos órgãos contraentes públicos não determina a caducidade de contrato.
3. Os contraentes podem revogar o contrato por mútuo acordo.
4. Quando a resolução for da iniciativa da Junta de freguesia esta obriga-se a garantir as obrigações assumidas respeitantes ao período correspondente às verbas transferidas pela Câmara Municipal.

5. A cessação do contrato não pode originar quebra ou descontinuidade da prestação do serviço público.

Cláusula Décima Segunda
(Resolução por Incumprimento)

1. Os contraentes públicos podem unilateralmente resolver o contrato por incumprimento da contraparte.
2. São motivos de resolução do contrato o não cumprimento do disposto nas cláusulas quarta, sétima e nona do presente contrato.
3. O contrato pode ainda ser resolvido por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.

Cláusula Décima Terceira
(Dúvidas e omissões)

1. As dúvidas resultantes da interpretação ou execução do presente contrato bem como as omissões que se torne necessário suprir, serão resolvidos por entendimento entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia.
2. Em caso de desacordo quanto à interpretação a dar ou à forma de colmatar a omissão, competirá à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, fixar a interpretação ou aprovar cláusula que suprima a lacuna.

Cláusula Décima Quarta
(Consulta do Contrato)

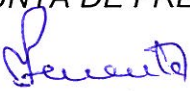
Nos termos do disposto no nº 2º do artigo 130º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, o contrato estará disponível para consulta na página do município.

Lajes das Flores, 2 de abril de 2015


O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DAS LAJES DAS FLORES

Luís Carlos Martins Maciel

A PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DO MOSTEIRO


Maria Isabel de Freitas Tenente



Freguesia do Mosteiro

ATA Nº 26

Aos dezassete dias do mês de Abril do ano de dois mil e quinze reunia em reunião ordinária o plenário de freguesia estando presente na sede de freguesia o plenário de cidadãos eleitores no nº de 6, a presidente de freguesia Isabel Tenente, a secretaria Conceição Gonçalves a tesoureira Fátima Ramos, o presidente do plenário Arménio Tavares, 1ª secretário Robin Vieira e a 2ª secretaria Goreti Martins.

Aberta a sessão quando eram vinte horas, o presidente de plenário perguntou à Sra. presidente de freguesia se ela tinha conhecimento por qual o motivo das trabalhadoras da camara municipal terem vindo fazer a limpeza da freguesia e o entulho ter ficado junto aos muros da freguesia, a presidente respondeu que já se tinha apercebido do assunto, e embora não tivesse falado com nenhum responsável ia tentar resolver o assunto, o presidente de plenário acrescentou que aquilo nas bermas da estrada e já em estado de degradação era uma vergonha para a freguesia.

O presidente de plenário disse que tinha reparado que no parque de lazer e na zona verde junto ao campo de futebol as plantas estavam a desaparecer e que cada vez que lá iam cortar a erva que iam desaparecendo mais, a presidente de freguesia disse que já tinha reparado nisso e que inclusive já tinha chamado à atenção do encarregado da camara municipal e que a resposta dele foi “cada vez que os trabalhadores da camara vão para o mosteiro existem sempre problemas”.

A presidente salientou ainda que no início do mandato havia falado com a camara a informar de que tinha plantado plantas e que assumia a limpeza daquelas zonas mas que infelizmente eles continuavam a lá ir e que cortavam as plantas, mas que iria chamar à atenção da camara novamente. A presidente deu conhecimento de que tinha dado entrada um requerimento da Sra. Nélia Tavares para a utilização da zona do parque da praça para o estacionamento da sua roulotte para funcionar lá principalmente para os meses de verão.

A presidente de freguesia e o presidente de plenário ausentaram-se da sala uma vez que eram familiares e partes interessadas no assunto.

Depois de lido e discutido o assunto entre os restantes membros, foi aprovado por unanimidade, ficando decidido que ficaria com aquele espaço mas que o deveria manter limpo.

Regressado á sala o presidente de plenário e a presidente de freguesia, a presidente de freguesia informou que a partir deste ano que a Camara Municipal delegou competências no valor de 3000 (três mil euros) para a limpeza de caminhos vicinais, todos os membros concordaram, sendo que o presidente de plenário disse que era muito importante o pagamento para podermos efetuar o trabalho, a presidente de freguesia disse que já havia falado com o presidente de camara e que este havia dito que tudo estaria a correr de forma a não haver atrasos nos pagamentos, mas que caso contrario que como qualquer outro contrato não sendo cumprido que assumiam a limpeza, depois de discutido foi aprovado por unanimidade serem aprovadas as delegações de competência.

Não havendo mais a tratar o presidente de plenário deu por encerrada a reunião quando eram vinte e uma horas, da qual se lavraria a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser por todos assinada.

Leandro Dantas
Nora Vieira
Nora Agostini

Isabel Tomenente
Gonçalo Gonçalves
Marta Estêvão Silva Ramos



Município das Lajes das Flores

Av. do Emigrante, nº 4
9960-431 LAJES DAS FLORES

NIF: 512074836

Fax: 292590826

Departamento:

Administração Autárquica

Divisão:

Câmara Municipal

Repartição/Secção:

Contabilidade, aprovis. e patrim.

Obra: Limpeza e manutenção caminhos vicinais freguesia Mosteiro

Bem/Serviço:

Local de Entrega:

| Classificação Orçamental | Orgânica | Económica | G. O. P. | Obj. | Prog. | Projeto | Ação |
|--------------------------|----------|-----------|----------|------|-------|-----------|------|
| | 0102 | 08050202 | | 3 | 331 | 2015/5004 | 1 |

Nº Cabimento: 1710 Nº Seq. Comp.: 8088

REQUISIÇÃO

| Serviço Requirante | | N.º | Data |
|--------------------|-----------------------------------|----------|------------|
| 01 | Contabilidade, aprovis. e patrim. | 322 | 09-03-2015 |
| P. Compra | V/ Orçamento | Concurso | Contrato |
| | | | |

Entidade Fornecedora:

Nº de Entidade: 505

NIF: 512079307

Nome: JUNTA DE FREGUESIA DO MOSTEIRO

Morada: Largo José de Freitas Silva

C. Postal: 9960 MOSTEIRO LGF

Despesa Autorizada por Despacho

(Ref. do Documento: DESP. 334/2015 de 09/03/2015)

(Compromisso: REQ. 322/2015 de 09/03/2015)

| Quant. | Unid. | Cód. Produto | Designação Produto | Preço | % Desc. | % IVA | Total |
|--------|-------|--------------|---|----------|---------|-------|----------|
| 1,000 | | | Delegação Competências Limpeza Manutenção Caminhos Vicinais | 3.000,00 | 0,00 | 0,00 | 3.000,00 |

Tipo de produto:

Obs:

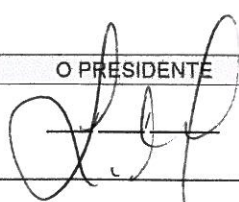
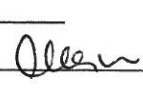
Prazo Pagamento:

| | | | |
|-----------------------|----------|------------|----------|
| Total s/ Desc.: | 3.000,00 | Sub-total: | 3.000,00 |
| Desconto: | 0,00 | Valor IVA: | 0,00 |
| Saldo p/ Cabimento: | 5.337,62 | TOTAL: | 3.000,00 |
| Saldo p/ Compromisso: | 0,00 | | |

NOTA: A Fatura deve indicar o nº da Requisição e apenas incluir material de uma só requisição.
A Fatura deve indicar o número sequencial do Compromisso.

Fornecedor (Juntar à Fatura)

Folha 1/1

| O PRESIDENTE | SERVIÇO CONTABILIDADE | FUNCIONARIO REQUISITANTE |
|---|---|--------------------------|
|  |  | |